

RESENHAS

CHOMSKY, Noam. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Tradução Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: UNESP, 2005.

Resenhado por Iveraldo Santos (UERN)*

O livro de Noam Chomsky *New horizons in the study of language and mind*, publicado originalmente em 2000, e traduzido, por Marco Antônio Sant'Anna, com o título de *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*, foi lançado no Brasil pela editora da UNESP no ano de 2005. Como o próprio Chomsky (cf. 2005, p. 25) afirma: este livro é uma síntese da pesquisa, ocorrida durante a segunda metade do século XX, sobre as faculdades cognitivas humanas, sua natureza e os modos como entram em ação e interpretação.

De acordo com Neil Smith (2005), que escreve o prefácio, há dois grandes motivos para este livro ser útil para os estudantes de Letras, os pesquisadores da área de lingüística e demais indivíduos, sejam pesquisadores ou curiosos, da filosofia, da psicologia e demais áreas que compõem as ciências humanas. O primeiro é que ele é uma síntese da pesquisa realizada por Chomsky desde a década de 1960, especialmente com o lançamento, em 1966, de *Cartesian linguistics* e traduzido para o Brasil, em 1972, com o título de *Lingüística cartesiana*. A própria expressão “novos horizontes” que está contida no título do livro deve ser entendida como a pesquisa, incluindo os resultados obtidos, que Chomsky realiza, na lingüística, desde a década de 1960. Para Smith (cf. 2005, p. 15), Chomsky realiza uma “revolução”, pois realiza uma abordagem nova da linguagem. Abordagem essa que é diferente da teoria filosófico-lingüística desenvolvida desde os gregos até o século XIX. O segundo é que do ponto de vista da relevância dos estudos lingüísticos é possível discordar com a obra de Chomsky, mas ignorá-la constituiria tanto uma visão limitada da relevância dos estudos lingüísticos no século XX como também uma atitude antiacadêmica.

Para Chomsky (2005) a tradição filosófica, desde Platão até Hegel, se concentrou na linguagem como sendo uma construção pública, onde os indivíduos têm um conhecimento parcial. Essa construção enfatiza a relação entre linguagem e realidade, entre a realidade e a palavra. Chomsky discorda da tradição filosófica. Para ele, a linguagem é uma construção individual e interna da mente e do cérebro humano. Dessa forma, para se estudar a linguagem é preciso tratar da sua construção cerebral.

Chomsky é herdeiro de duas posturas filosóficas do século XX. A primeira é a postura oriunda da pesquisa realizada por Frege, pelo primeiro Wittgenstein, cujas idéias estão contidas no *Tractatus logico-philosophicus*, e pelos

expoentes do Círculo de Viena, especialmente Carnap e Schlich. Dessa primeira postura, Chomsky herda a crítica à tradição filosófica, o projeto de abandonar os conceitos metafísicos e de fundamentar a pesquisa em lingüística nos métodos e nas técnicas utilizadas pelas ciências exatas e naturais. A consequência dessa postura é que, para Chomsky, a linguagem humana é um “objeto biológico”. Dessa forma, a linguagem deve ser analisada a partir da metodologia das ciências exatas e naturais, sem espaço para restrições em pesquisa lingüística além das limitações típicas de toda pesquisa científica. O neologismo “Língua-I”, criado por Chomsky (2005), é uma tentativa de explicar a formação da linguagem a partir do desenvolvimento que ocorreu nas ciências exatas e naturais no século XX, especialmente na Física, Química, Biologia, Neurologia e Genética.

A segunda é a postura oriunda da filosofia analítica, especialmente a filosofia produzida por Richard Rorty. Para os pensadores analíticos, incluindo Rorty, as discussões sobre a mente, o conhecimento e a filosofia, têm sido dominadas, desde o século XVII, pela idéia da representação, da mente. Usualmente, a mente é comparada, principalmente em Descartes, a um espelho que reflete a realidade. Com isso, o conhecimento deve ocupar-se do conteúdo desse reflexo.

Por causa dessa postura, Chomsky afirma que o problema da relação mente-corpo, formulado por Descartes e que trouxe grandes desdobramentos metafísicos para a filosofia moderna, nem sequer pode ser formulado. O problema não é o fato de se ter uma compreensão limitada da mente, mas porque não existem critérios para o que, tradicionalmente, constitui um “corpo”. Para Chomsky, “corpo” e “mente” são categorias metafísicas que quase não contribuíram para o desenvolvimento da ciência, especialmente da ciência da linguagem. Para ele, da mesma forma que Isaac Newton refutou a física aristotélica, a filosofia analítica refutou a noção cartesiana de corpo, desde então nada a substituiu.

É ancorado nessa discussão que Chomsky desenvolve sua proposta de uma possível unificação do saber científico. Essa proposta é o fato de ciências como, por exemplo, a Lingüística, a Biologia, a Matemática, a Física e a Genética podem se fundir. Dessa forma, surgirá uma nova ciência que estudará, a partir dos fundamentos bio-químico-genético, o cérebro, a determinação genética da linguagem e problemas similares. Essa nova ciência poderá trazer soluções que a tradição filosófica e a metafísica não trouxeram como,

* Professor do Departamento de Filosofia da UERN, doutor em Letras. E-mail: ivanaldosantos@yahoo.com.br.

por exemplo, a solução de problemas referentes à aquisição da linguagem individual e de comunicação interpessoal.

O livro é dividido em sete capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Novos horizontes para o estudo da linguagem”, constitui uma introdução ao pensamento de Chomsky sobre a natureza da faculdade da linguagem, a partir da discussão que ele realiza com a tradição filosófica, especialmente com Descartes.

O segundo capítulo, intitulado “Explicando o uso da linguagem”, constitui uma crítica aos filósofos que defendem a origem pública, ou seja, não biológica, da linguagem. Essa discussão é realizada especialmente com Hillary Putnam. Chomsky procura fundamentar o postulado de que o tratamento mais bem sucedido com relação à linguagem deve ser a pesquisa interna, ou seja, a pesquisa biológica, tanto ênfase a Neurologia e a Genética.

No terceiro capítulo, intitulado “Linguagem e interpretação”, continuam as discussões do segundo capítulo e, em particular, Chomsky discute com Willard Quine e Michael Dummet sobre questões como, por exemplo, a indeterminação da tradução, linguagem pública *versus* linguagem particular, a natureza do conhecimento e a questão das “regras” sociais para a linguagem.

O quarto capítulo, intitulado “Naturalismo e dualismo no estudo da linguagem e da mente”, critica o que Chomsky conceitua de “tese de bifurcação”, ou seja, a visão de que o estudo da linguagem deve estar sujeito aos padrões e às condições adicionais, justamente as condições que sustentam as ciências naturais. Além disso, Chomsky afirma que o termo “mente” apenas seleciona algum aspecto do mundo que se deseja sujeitar à pesquisa científica e faz uma “história das idéias” de Descartes até o século XX. O objetivo dessa “história das idéias” é demonstrar que o problema mente-corpo é impossível de ser formulado de forma concreta e que o suposto papel da “mente” em definir o que constitui o conhecimento da linguagem não existe. O que realmente

existe é a construção interna da linguagem, ou seja, a construção biológica.

No quinto capítulo, intitulado “Linguagem como um objeto natural”, Chomsky defende que a Lingüística é uma ciência natural e critica as tentativas de reduzir a pesquisa em lingüística a Filosofia, a Física ou a outra área do conhecimento. Para ele, é necessário a unificação dos saberes (Lingüística, Filosofia, Física, Matemática, Biologia, neurologia, Genética e outros) para formar uma nova ciência que, hipoteticamente, será a ciência do século XXI.

No sexto capítulo, intitulado “A linguagem de uma perspectiva internalista”, Chomsky realiza uma discussão extensa sobre a diferença entre a investigação científica das ciências naturais e das ciências humanas. Entretanto, ele enfatiza, a partir das discussões realizadas no quinto capítulo, a questão da unificação dos saberes e que a pesquisa em lingüística deve ser processada por teorias formais baseadas no neologismo Língua-I.

No sétimo e último capítulo, intitulado “Explorações internalistas”, Chomsky estabelece uma ligação mais íntima entre a presente discussão e seu recente trabalho sobre o programa minimalista em linguagem e conclui com uma discussão sobre a importância das noções inatas, o que antigamente era chamado de “idéias”.

Por fim, afirma-se que o livro de Chomsky é uma importante síntese da pesquisa biolingüística realizada atualmente. Entretanto, é preciso perceber que apesar do esforço de Chomsky de se libertar da metafísica, ele ainda permanece, inconscientemente, preso a mesma. O neologismo que ele cria “Língua-I” para definir a nova postura científica em lingüística é uma categoria metafísica que substitui a antiga categoria de “mente” formulada por Descartes e desenvolvida pela filosofia moderna. Hipoteticamente, afirma-se que talvez o ser humano não consiga se liberar da metafísica, tal como foi formulado por pensadores como Wittgenstein, Carnap, Rorty e mais recentemente Chomsky.

A luta pelo trabalho, por melhores condições de vida e pela posse de terra no século XX são alguns dos temas trazidos por *Levantado do Chão*, romance de José Saramago publicado em 1980. Debatidos em diversos contextos até os dias atuais, esses temas traduzem-se no romance como o acompanhamento minucioso feito pelo autor da trajetória de sofrimentos e privações dos Mau-Tempo, uma família de camponeses pobres que escolhe o Alentejo como morada.

Tratando das situações encontradas por esses homens e por outros que a eles se associam na busca pela satisfação de seus desejos, José Saramago ancora sua narrativa numa revisitação do passado recente português; o que se esclarece pela presença de momentos históricos importantes para o país, como a implementação da República em 1910, a ascensão do Estado Novo em 1932 e na Revolução dos Cravos, em 1974.

Essa apropriação da história pelo romance, especialmente do movimento revolucionário que pôs fim à ditadura, talvez seja o ponto mais preciso em que *Levantado do Chão* entra em confronto com tantas obras literárias que vêm surgindo em Portugal nas últimas décadas e que visam a uma reformulação da história do país.

Priorizando a perspectiva dos homens comuns dos acontecimentos, esse romance escapa da tentação neo-realista de construir uma literatura a serviço do povo e, em termos mais atuais, de construir uma identidade para o país.

Em 1976, demitido do cargo de diretor-adjunto do jornal *Diário de Notícias*, José Saramago passou um período de dois meses no Alentejo assistindo de perto ao dia-a-dia dos trabalhadores rurais e escutando suas histórias e, três anos depois, escreveu a obra que, para o crítico Horácio Costa, é um verdadeiro divisor de águas da carreira do romancista.

Indubitavelmente, *Levantado do Chão* é um marco da produção saramaguiana, pois segundo o próprio José Saramago, esse romance é resultado de sua escolha exclusiva pela carreira literária. Contudo, visto em conjunto com obras contemporâneas suas, nota-se também que se trata de uma romance que foge ao estereótipo e ao convencional; conforme notado por Luís de Sousa Rebelo no prefácio à segunda edição de *Manual de Pintura e Caligrafia*, romance anterior a *Levantado do Chão* e que foi reeditado em 1983.

Os pontos de fuga desse romance situam-se, em um primeiro aspecto, no diálogo travado com o Neo-Realismo,

movimento que o precedeu e que tinha como característica geral realizar uma abordagem marxista do outro social. Em outro plano, negocia com estratégias contemporâneas de escrita, dentre as quais mencionamos a metaficção historiográfica, conceito elaborado e desenvolvido por Linda Hutcheon.¹

Do movimento anterior, *Levantado do Chão* dá continuidade à tendência de tratar dos homens à margem do sistema econômico a partir de seu próprio ponto de vista; dando assim relevo à consciência do proletariado de sua situação, entretanto, escapa dela no sentido de não se querer como documento de uma época. Como diz o próprio autor na quarta capa da primeira edição, o romance incorpora ao seu relato os sonhos que ele, enquanto cidadão, tinha do que fosse o Alentejo.

A imbricação dos seus sonhos e da matéria do romance resulta num constante questionar-se do narrador, o qual demonstra ter consciência de que em meio às suas verdades não é possível detectar nada além do verossímil. Desse modo, a voz narrativa parece conhecer bem que tanto o fazer literário, quanto o fazer histórico estão sujeitos à subjetividade e, portanto, qualquer registro do passado está assentado na precariedade.

Essa mesma tendência apresenta-se em *O Delfim*, de José Cardoso Pires, publicado em 1968, que embora se apropriasse dessa vertente auto-reflexiva e auto-centrada da narração – características essenciais da metaficção historiográfica – mantinha ainda muitos dos traços neo-realistas como o engajamento em propor uma alteração da sociedade portuguesa por meio da revolução.

Diferentemente de Cardoso Pires, José Saramago não propõe uma ruptura pela revolução. Tendo sido escrito após a consumação do 25 de Abril, o autor de *Levantado do Chão* conta com um repertório mais amplo sobre os seus efeitos; os quais são transpostos para a narrativa sob uma forma mais interrogativa que afirmativa das mudanças que o país sofreria com um movimento revolucionário popular.

Na página 357, que se segue à descrição da Revolução dos Cravos, os camponeses se interrogam sobre o que teria sido aquela revolução: no campo, “quando os homens vão pedir trabalho, Não há trabalho, que é isto, que libertação foi esta” e aquele que seria o momento em que todos conseguiriam ter seus desejos por melhorias satisfeitos revelou-se como um embuste:

* Mestranda em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo. USP.

¹ Conferir HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo*. RJ: Imago, 1981.

“Tanto se apregou de mudanças e de esperanças, saíram as tropas dos quartéis, coroaram-se os canhões de ramos de eucalipto e os cravos encarnados, diga vermelhos, minha senhora, que agora já se pode, andam aí a rádio e a televisão a pregar democracias e outras igualdades, e eu quero trabalhar e não tenho onde, quem me explica que revolução é esta.” (SARAMAGO: 1980, p.357)

A partir da leitura desse trecho, somos levados a pensar que a Revolução dos Cravos, conforme *Levantado do Chão*, não foi um momento de libertação automática das antigas estruturas sociais e das mentalidades passadistas; pois naquele momento ela significou a manutenção de uma ameaça contra a qual os camponeses vinham lutando desde o princípio do século.

Atribuindo à história criada sobre os camponeses alentejanos os seus próprios matizes, José Saramago

disponibiliza uma versão da história que nunca pôde ser ouvida. Trata-se da história vista e sofrida por aqueles homens com quem conviveu e que, como sabemos, não fizeram parte da historiografia sobre o século XX e nem das ações políticas dos governos que se sucederam após a Revolução dos Cravos.

A literatura, diferentemente de outros campos do conhecimento, tem liberdade plena para criar um mundo que não necessariamente corresponde àquele que conhecemos e, por isso, ela é um veículo propício para preencher os vazios de nossa experiência. Assim, ao “confirmar a veracidade do acontecido mediante a prova irrefutável do sonho”², *Levantado do Chão* não se inscreve como um romance que promove uma nova verdade sobre a história recente portuguesa: é, sobretudo, o de confirmar que, exteriormente aos fatos que dela conhecemos, muitos outros seriam possíveis.

² SARAMAGO, José. *Levantado do Chão*. Lisboa: Editorial Caminho, 1980. p.281.